

Marinho, Josaphat
004
Reportagem 0078

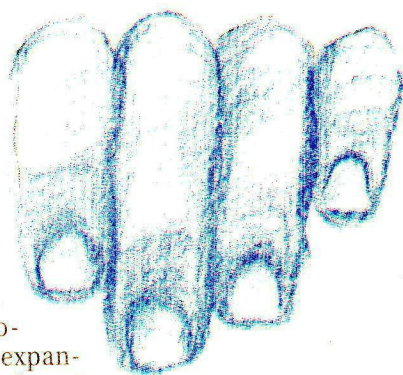
Josaphat, Marinho

Muros invisíveis?

À MEDIDA QUE
A DISTRIBUIÇÃO
DAS RIQUEZAS
A TODOS
FAVORECE,
DIMINUI
PELO MENOS
O ESTADO
DE MISÉRIA



Arte: Ricardo Cunha Lima



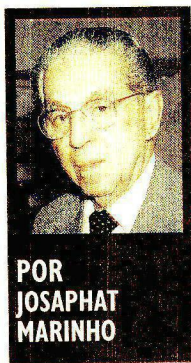
Na recente Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Financiamento ao Desenvolvimento, realizada no México, a imprensa comentou, com realce, o estilo literário de muitos pronunciamentos. Dos chefes de Estado aos diretores dos grandes bancos. Foi assinalado, por exemplo, que o presidente do Banco Mundial se referiu aos "muros invisíveis" que separam "ricos e pobres". Só mesmo por "licença poética", como assinalado pelos jornais, se poderá aludir a "muros invisíveis" diante das fortalezas econômicas e financeiras que se erguem entre os países ricos e os pobres. As muralhas visibilíssimas limitam o estado de fartura do de insuficiência, ou de necessidades gritantes. As populações africanas desnutridas não podem ser comparadas com as de bem-estar do Canadá, ou de outros países desenvolvidos.

Falar de fronteiras invisíveis, onde há paredes ameaçadoras, é zombar do discernimento dos que habitam os países fracos, ou querer ocultar o que ataca a vista. Com a mudança de linguagem, os que representam as economias fortes precisam variar também de procedimento. Dizer, como foi dito nessa conferência do México, que os povos subdesenvolvidos devem mudar seu padrão de comportamento para merecer a ajuda internacional, é condená-los ao atraso indefinido. Sem dúvida, as comunidades nacionais em situação inferior hão de lutar para crescer e melhorar suas condições de vida. É dever de honra, que a pobreza não elimina, a luta contra todas as formas de corrupção. Quem sofre quer espantar a dor.

É de ver, porém, que, na vida dos povos, há sofrimentos que somente são afastados com a elevação dos meios de existência.

Não se eleva o padrão material e moral de um corpo social sem aumentar as bases de sua economia geral. Essa é a forma de evitar a fraqueza de todos ou as desigualdades odiosas e humilhantes. Na medida que a distribuição das riquezas a todos favorece, diminui pelo menos o estado de miséria. Se uns se tornam exageradamente mais beneficiados do que outros, os menos favorecidos, se não são carentes, têm medo de reagir às discriminações injustas.

Os países pobres ou empobrecidos não se erguem ou soerguem, senão com o aumento de sua economia. Se os ricos, ou as instituições internacionais criadas para corrigir as descompensações econômicas e financeiras, quiserem aguardar o progresso espontâneo das gentes pobres, estarão cavando sepulturas coletivas. O que a solidariedade comum reclama é que haja o socorro justo e fiscalizado. Não se beneficia quem não quer ser decente. Não se concorre para desenvolver a co-



POR
JOSAPHAT
MARINHO

letividade que se revele incapaz de reação aos males. Difícilmente, entretanto, se encontrará um povo com destinação para seu extermínio. Quando uma parcela dele não tiver ânimo para o crescimento, outra se manifestará apta a alcançar as condições de independência e de vida civilizada. É o que se observa na generalidade dos povos.

Demais, no mundo atual o que se observa é a tentativa de muitas comunidades se tornarem efetivamente livres e de outras de

preservarem sua soberania e seus recursos. Depois da Segunda Guerra Mundial, sobretudo com a expansão dos direitos humanos, a vocação de liberdade é constante e crescente. E os povos adultos que sofreram ou experimentam graves crises lutam por seu renascimento. O exemplo presente da Argentina é inocultável. Podem ser culpados e responsabilizados muitos de seus homens públicos. O povo argentino, porém, com o grau de desenvolvimento e cultura a que chegou, merece o amparo oportuno dos organismos internacionais a seus país. Não se condena uma comunidade soberana ao desastre, pela preocupação excessiva de garantias. Os titulares do poder econômico e financeiro da atualidade não devem esquecer que o infortúnio de hoje tem destino diverso amanhã, como ensina a história.

No princípio de novo século tão cheio de problemas, surpresas e contradições, o sentimento comum é de solidariedade e desenvolvimento equilibrado. Gerações sobreviventes, que conheceram os horrores de duas guerras, pedem espírito de conciliação e de desenvolvimento equilibrado. Os instrumentos de guerra de hoje são ainda mais destruidores, para que se alimentem discussões e desigualdades perigosas. Nessa travessia de riscos, a consciência geral deve ser suficientemente crítica, para que não haja abalos sísmicos.

JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UPIS